

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS: UMA ANÁLISE SOBRE A PERSPECTIVA DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL

SOCIOECONOMIC INDICATORS: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF THE SOCIAL VULNERABILITY INDEX

Airton Pereira da Silva Leão¹

Layza Samelyne Lima da Silva²

Valéria Melo Costa Simões³

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o indicador de renda e trabalho no município de Açailândia Maranhão através dos dados relatados pelo índice de Vulnerabilidade Social entre os anos de 2000 e 2010. O conceito de vulnerabilidade social tem sido usado para caracterizar uma parcela da população que se encontra em uma situação desfavorável em relação a outros grupos populacionais. A dimensão Renda e Trabalho do presente estudo incorpora os seguintes indicadores: percentual de domicílios com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo de 2010, taxa de desocupação de adultos, a ocupação informal de adultos pouco escolarizados, a dependência com relação à renda de pessoas idosas e a presença de trabalho infantil. Os resultados encontrados nesta pesquisa sugerem que a temática da vulnerabilidade social representa um objeto de pesquisa recente e de crescente interesse na produção científica.

Palavras chaves: Renda. trabalho. Vulnerabilidade social. desigualdade. pobreza

1 Doutor em Administração e Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

2 Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, Especialista em Planejamento Empresarial e finanças

3 Mestre em Agricultura e Ambiente, Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL

Abstract: The objective of this article is to analyze the income and employment indicator in the municipality of Açailândia, Maranhão, using data reported by the Social Vulnerability Index between 2000 and 2010. The concept of social vulnerability has been used to characterize a segment of the population that is in an unfavorable situation compared to other population groups. The Income and Employment dimension of this study incorporates the following indicators: percentage of households with per capita household income equal to or less than half the minimum wage in 2010, adult unemployment rate, informal employment of adults with low levels of education, income dependence of elderly people, and the presence of child labor. The results found in this research suggest that the theme of social vulnerability represents a recent research topic of growing interest in scientific production.

Keywords: Income. Employment. Social vulnerability. Inequality. Poverty.

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social é o conceito que caracteriza a condição de pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão ocasionada por fatores socioeconômicos. Este tem sido um tema amplamente discutido e questões como marginalidade, pobreza, miséria e exclusão são os principais pontos abordados dentro da temática dos problemas sociais. Segundo Sutton (2012), a vulnerabilidade social provoca uma estratificação na sociedade através de subclasses, que possuem um padrão de vida inferior ao da maioria das pessoas, na qual, se pode incluir desempregados, sem teto e desprivilegiados.

A mensuração da vulnerabilidade social nos estados brasileiros é realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) através do Índice de Vulnerabilidade Social - IVS, o qual é composto por dezesseis indicadores estruturados em três dimensões: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, que possibilita o mapeamento singular da exclusão e da vulnerabilidade

social do país e a partir desses dados é possível se ter uma visão da vulnerabilidade e da exclusão social dos municípios, estados e regiões metropolitanas do Brasil.

O IPEA, realiza estudos sociais e econômicos e utilizou os dados do Censo Demográfico de 2000-2010 para a apresentação do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), os quais servem de suporte para orientar os gestores públicos de diferentes esferas de governo no desenvolvimento de políticas públicas que melhor atendam as carências e necessidades da população.

De acordo com o Atlas da Vulnerabilidade Social (2015), essa é uma conceituação nova que possibilita o diálogo e a produção de efeitos sobre as propostas e construção das políticas públicas de forma a alargar seu escopo e evidenciar as responsabilidades do Estado, na promoção do bem-estar dos cidadãos.

Deste modo, este artigo tem como objetivo analisar o indicador Renda e Trabalho no Município de Açailândia- MA através dos dados relatados pelo Índice de Vulnerabilidade Social, onde poderá servir como base para implementação de programas e políticas públicas de emprego e renda no município.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pobreza, exclusão social e políticas públicas

Segundo Souza e Bilac (2017), a pobreza, as desigualdades e a exclusão social têm sido objetos de discussão desde o surgimento da humanidade, porém ganharam uma grande proporção na sociedade contemporânea. Esses têm sido temas de preocupação para os economistas, visto que, a economia está mais próxima a formulação de políticas públicas, pois envolve a aplicação de recursos escassos.

Para Silva (2010) a pobreza no Brasil é uma consequência da concentração de renda, não acesso aos serviços básicos, ao trabalho, à renda e a políticas sociais, com raízes sócio- históricas e econômicas. A pobreza e a exclusão social estão intimamente relacionadas , de acordo Silva (2010)

a exclusão social se revela com um grande contingente populacional que se encontra à margem da sociedade, que não tem oportunidade de trabalho e que não participa da civilidade social.

Giddens (2012), declara que a exclusão social é um conceito amplo da pobreza, assim, entende-se que a exclusão social diz respeito a uma privação em diversos âmbitos da sociedade.

Freitas (2010) afirma que a pobreza é um conjunto de carências e escassez de recursos que impossibilita o indivíduo de satisfazer suas necessidades básicas e a exclusão social acentua estes aspectos e as privações emocionais vividas.

Diante desse contexto, a intervenção do Estado faz-se necessária para que haja a proteção dos indivíduos através de políticas sociais que atendam esse grupo da sociedade. Para que essa demanda da sociedade seja atendida as políticas sociais deve ser preventiva pelo que previne problemas futuros, deve ser redistributiva de renda a fim de desconcentrar-lá e precisa ser equalizadora na distribuição das oportunidades (DEMO,2010).

Diante disso, deve promover-se um conjunto de políticas sociais, a situação social de inclusão a fim de garantir o mínimo de condições de cidadania e a redução da desigualdade social, de forma a promover a possibilidade dos indivíduos definirem a sua vida e a participarem mais ativamente na sociedade.

Renda e Trabalho

Segundo Santos (2009), os termos renda e trabalho tem uma relação com o desenvolvimento do pensamento econômico após a crise de 1929, onde também surgiu o Keynesianismo, que tinha como foco a busca pelo pleno emprego e a regulação das condições de trabalho. De acordo com Pochmann (2010), o homem está se desvencilhando da visão do trabalho como sobrevivência devido a transformação econômica e os novos determinantes da formação do trabalho que surgiu com a geração da riqueza no início do século XXI.

O aumento da produtividade influencia no aumento de renda e salários do trabalhador.

“A renda real acompanha muito de perto a evolução da produtividade física do fator trabalho” (FURTADO, 2009, p.90).

Há vários instrumentos sociais que medem a desigualdade social, pois a medição por meio do PIB e renda per capita estão limitados apenas à distribuição das riquezas. Assim, um dos instrumentos que pode-se destacar para uma medição mais profunda é o Índice Gini, que recebe esse nome, devido ao matemático Conrado Gini que o desenvolveu no ano de 1912.

O índice Gini tem a finalidade de medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele indica a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, varia de zero a um sendo zero completa igualdade onde todos apresentam a mesma renda e um corresponde a total desigualdade. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2018, elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Brasil ocupa a posição final em na lista de 79 países, com o Índice de 0,513, o que indica a crescente desigualdade na distribuição de renda no país

Conforme estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), a desigualdade também tem aumentado em relação ao mercado de trabalho. O estudo relatou, que o índice de Gini, que mede a renda do trabalho per capita, alcançou 0,627 em 2019, o maior patamar da série histórica iniciada em 2012 (FGV IBRE, 2019). O maior impacto dessa situação social, é sobre os grupos mais pobres, devido sua posição de vulnerabilidade social, isso porque, o mercado de trabalho busca por profissionais com melhores qualificações.

Vulnerabilidade social

Etimologicamente o termo vulnerabilidade remete a *vulnus* e *habilitas*, com tradução literal em feridas e habilidades, assim, pode-se conferir a capacidade de ser ferido, exposto a danos físicos ou morais devido sua fragilidade. Segundo Junior (2015), às pessoas vulneráveis não têm capacidade de contornar condições adversas e se encontram em condições de risco. O conceito de vulnerabilidade

social apresenta um significado multifacetado e inclui diversos elementos, como as características dos indivíduos, bens, características sociodemográficas e sociais.

Inicialmente o conceito de vulnerabilidade estava relacionado às políticas sociais na maioria dos países e ao papel por elas desempenhado e conforme novos estudos foram sendo realizados, trazendo diferentes enfoques. Pedersen e Silva (2013), afirmam que atualmente o conceito de vulnerabilidade social tem sido usado para caracterizar uma parcela da população que se encontra em uma situação desfavorável em relação a outros grupos populacionais.

Essa conceituação surgiu a partir do fim do século XX e início do século XXI devido às modificações trazidas pelo mercado de trabalho, onde passou a abordar tanto os desempregados como aqueles que se encontram em situações desfavoráveis de emprego e geração de renda. Pedersen (2014) ao tratar dos aspectos relacionados à vulnerabilidade social aponta que a situação de pessoas que estão em condições desfavoráveis está relacionada com as modificações do mercado de trabalho resultante da reestruturação produtiva do sistema capitalista e aborda a situação dos desempregados e dos desfavoráveis em relação ao emprego e renda.

De acordo com Monteiro (2011), para que se tenha uma diminuição dos níveis de vulnerabilidade social sejam diminuídos é preciso que medidas sejam tomadas que proporcione acesso a bens e serviços e uma ampliação de suas condições de mobilidade social dos indivíduos, através de políticas públicas que promovam autonomia, condições dignas de vida e garantia dos direitos fundamentais. Existem muitas formas de combater essa realidade, tais como investimento em educação, capacitação profissional, oferta de serviços públicos com qualidade e políticas públicas de inclusão.

METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se como bibliográfica, documental e descritiva, visto que descreve as características de determinada população com o uso de técnica padronizada de tratamento de

dados. O indicador Renda e Trabalho no município de Açailândia-MA, são descritos a partir dos dados relatados pelo Índice de Vulnerabilidade Social entre os anos 2000 e 2010 pelo Atlas de Vulnerabilidade Social.

Na revisão de literatura foram feitos levantamentos de livros e artigos científicos, que abordaram temas como vulnerabilidade social, renda e trabalho. Dessa forma, realizou-se uma revisão sistemática da literatura acerca do tema, obtendo-se 06 artigos publicados entre os anos de 2010 a 2021. Os resultados encontrados sugerem que a temática da vulnerabilidade social representa um objeto de pesquisa recente e de crescente interesse na produção científica.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Açailândia está localizada no Estado do Maranhão, na região Nordeste do Brasil e segundo o IBGE tem uma população estimada de 113.783 pessoas. O município apresenta um Índice de desenvolvimento econômico de 0,672, possui uma distribuição de renda per capita mensal de R \$438,56 e Índice de Gini de 0,56.

O índice de Gini no município passou de 0,62, em 2000, para 0,56, em 2010, indicando, portanto, que houve redução na desigualdade de renda. Os valores da renda per capita mensal registrados, em 2000 e 2010, evidenciam que houve crescimento da renda no município, entre os anos mencionados. A renda per capita mensal no município era de R\$ 294,27, em 2000, e de R \$438,56, em 2010, a preços de agosto de 2010.

Índice de Vulnerabilidade Social: Emprego e Renda no Maranhão

O Atlas de Vulnerabilidade Social apresenta o Índice de Vulnerabilidade Social que utiliza os dados do Censo 2000-2010 do IBGE e mensura o grau de vulnerabilidade dos municípios com 16

indicadores em três dimensões: Renda e Trabalho, Capital Humano e Infraestrutura Urbana. Esse índice varia numa escala de 0 a 1 em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação.

Açailândia no ano de 2000 tinha o IVS de 0,563 já em 2010 houve uma melhora significativa para 0,387, o que indica uma redução no índice de vulnerabilidade social no Município (IPEA, 2015). Analisando a dimensão Renda e Trabalho que é o objetivo do presente estudo incorpora os seguintes indicadores: percentual de domicílios com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo de 2010, taxa de desocupação de adultos, a ocupação informal de adultos pouco escolarizados, a dependência com relação à renda de pessoas idosas e a presença de trabalho infantil, conforme a tabela (IPEA, 2015).

DIMENSÕES E INDICADORES	2000 (ano)	2010 (ano)
Percentual de domicílios com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo	76,30	53,86
Taxa de desocupação de adultos	8,86	11,09
ocupação informal de adultos pouco escolarizados	67,68	44,62
Dependência com relação à renda de pessoas idosas	2,77	2,49
Presença de trabalho infantil	7,35	6,01

A proporção de pessoas com renda igual ou inferior a meio salário mínimo apresentou uma evolução morosa já que em 2000 era 76,30 e em 2010 passou para 53,86, o que denota é que há um grande número de pessoas que ainda recebem meio salário mínimo o que vai de contra à legislação trabalhista e acarreta o aumento da vulnerabilidade social.

Outro progresso que aconteceu de forma bem lenta é apresentado na ocupação informal de adultos que entre os anos de 2000 a 2010 saltou de 67,68% para 44,62% o que evidencia a permanência de muitos trabalhadores em situação informal sem as garantias trabalhistas. Assim como, a presença do trabalho infantil apresentou resultado de 7,35% em 2000 e 6,01% em 2010. Houve um aumento

significativo na renda per capita dos vulneráveis à pobreza compreendidas entre 115,30 em 2000 e 143,39 em 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi analisar o indicador Renda e Trabalho no município de Açailândia-MA, a partir dos dados relatados pelo Índice de Vulnerabilidade Social entre os anos 2000 e 2010. A cidade avançou no índice de Vulnerabilidade Social quando em 2000 apresentava um número de 0,563 considerado um valor de “alta vulnerabilidade” e saltou para 0,387 em 2010, caracterizando uma “baixa vulnerabilidade” social, porém nos subíndices das dimensões o município se encontra em situações sociais precárias. Na dimensão Renda e Trabalho o município reduziu o índice porém ainda apresenta valores característicos de alta vulnerabilidade social.

A situação crítica na dimensão Renda e Trabalho está concentrada na baixa renda domiciliar per capita, um número expressivo de pessoas em trabalhos informais e desigualdade de renda. Desta forma, é preciso que se busque alternativas de políticas públicas para combater o desequilíbrio e as desigualdades sociais que busquem a maior inserção social e econômica dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. 13ª edição. São Paulo: Papyrus, 2012

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Penso, 2012. 6ª edição. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha> Acesso em: 15 de agosto de 2021.

JÚNIOR, José Ricardo Britto Seixas Pereira. Vulnerabilidade. 2015. Disponível em: <https://wikiglaw.fd.uc.pt/mediawiki/index.php/Vulnerabilidade> Acesso em: 19 de agosto de 2022

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social Sociedade em Debate, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40. Jul/dez. 2011.

POCHMANN, Marcio. Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. O corpo como mercadoria: exploração sexual de adolescentes e vulnerabilidade social das famílias. 2014. 204f. Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. O Estado e os problemas contemporâneos. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/USFC, Brasília: CAPES UAB, 2009 144p

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katál Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163. jul./dez. 2010.